

Educação Infantil: conquistas e desafios na superação do assistencialismo

Child Education: achievements and challenges in overcoming welfare

Educación Infantil: logros y desafíos en la superación del bienestar

Recebido: 02/07/2022 | Revisado: 15/07/2022 | Aceito: 16/07/2022 | Publicado: 23/07/2022

Sheylene Tathiana Lages da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6679-6449>
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
E-mail: shey_lages@hotmail.com

Janine Marta Coelho Rodrigues

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9457-9070>
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
E-mail: jmcoelho@ig.com.br

Wilson Honorato Aragão

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3202-7713>
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
E-mail: wilsonaragao@hotmail.com

Jéssica Nascimento Martins

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0703-9050>
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
E-mail: jessicajnm@hotmail.com

Priscila Morgana Galdino dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6295-8076>
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
E-mail: priscila2085@hotmail.com

Maria Fabrícia de Medeiros

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1926-4618>
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
E-mail: fabriciamedeiros@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar as conquistas e desafios frente à superação do caráter assistencialista na Educação Infantil. Para atingir o objetivo proposto, detemo-nos ao resgate da história da Educação Infantil desde a sua origem, ligada à Revolução Industrial, até as conquistas no contexto das políticas públicas educacionais. A abordagem teórica tem como principais autores Dias, Didonet, Kuhlmann Jr., Marcilio e Paschoal e Machado, que tratam do contexto histórico da Educação Infantil e do direito da criança pequena à educação. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de cunho exploratório e documental. No tocante aos resultados, inferimos que o atendimento à criança pequena, fora do seio familiar, surge diante do contexto de desenvolvimento do capitalismo e da industrialização. A Educação Infantil, por sua vez, tem suas origens marcadas pelo assistencialismo, caracterizado fortemente pela guarda, cuidado, alimentação e higiene das crianças de tenra idade. Diante de tal realidade, foi possível constatar que, apesar dos avanços em favor da garantia de uma educação de qualidade como um direito subjetivo da criança pequena, ainda são muitos os desafios a serem enfrentados e muitos os avanços a serem conquistados em prol da efetivação das políticas públicas na Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação infantil; Assistencialismo; Políticas públicas.

Abstract

The present work aims to analyze the achievements and challenges facing the overcoming of the welfare character in Early Childhood Education. To achieve the proposed objective, we stop to rescue the history of Early Childhood Education from its origin, linked to the Industrial Revolution, to the achievements in the context of public educational policies. The theoretical approach has as main authors Dias, Didonet, Kuhlmann Jr., Marcilio and Paschoal and Machado, which deal with the historical context of Early Childhood Education and the right of young children to education. From the methodological point of view, it is a qualitative research, with an exploratory and documentary nature. Regarding the results, we infer that the care for young children, outside the family, appears in the context of the development of capitalism and industrialization. Early Childhood Education, in turn, has its origins marked by assistentialism, strongly characterized by the custody, care, feeding and hygiene of young children. Faced with this reality, it was possible to verify that, despite the advances in favor of guaranteeing a quality education as a subjective right of the young child, there are still many challenges to be faced and many advances to be achieved in favor of the effectiveness of the public policies in Early Childhood Education.

Keywords: Early childhood education; Welfare; Public policy.

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo analizar los logros y retos de cara a la superación del carácter asistencial en la Educación Infantil. Para lograr el objetivo propuesto, nos detenemos a rescatar la historia de la Educación Infantil desde su origen, ligado a la Revolución Industrial, hasta los logros en el contexto de las políticas públicas educativas. El abordaje teórico tiene como autores principales a Dias, Didonet, Kuhlmann Jr., Marcilio y Paschoal y Machado, que tratan sobre el contexto histórico de la Educación Infantil y el derecho de los niños pequeños a la educación. Desde el punto de vista metodológico, se trata de una investigación cualitativa, de carácter exploratorio y documental. En cuanto a los resultados, inferimos que el cuidado de los niños pequeños, fuera de la familia, aparece en el contexto del desarrollo del capitalismo y la industrialización. La Educación Infantil, por su parte, tiene sus orígenes marcados por el asistencialismo, fuertemente caracterizado por la custodia, cuidado, alimentación e higiene de los niños pequeños. Ante esta realidad, se pudo constatar que, a pesar de los avances a favor de garantizar una educación de calidad como derecho subjetivo de la niñez, aún quedan muchos desafíos por enfrentar y muchos avances por lograr a favor de la efectividad de las políticas públicas en Educación Infantil.

Palabras clave: Educación infantil; Bienestar; Políticas públicas.

1. Introdução

Os avanços em matéria educacional que procuram garantir o direito à educação das crianças pequenas são construções históricas. Logo, ao falarmos em Educação Infantil, no contexto atual, faz-se necessário levarmos em consideração o movimento do contexto histórico em torno desta. Com a aprovação da Constituição Federal em 1988, que também passou a ser conhecida como sendo a *Constituição Cidadã*, dá-se início ao reconhecimento do direito das crianças à educação, tendo em vista que a Constituição é considerada como um novo marco legal e pedagógico, a qual começa a regulamentar a educação nacional e a Educação Infantil, em particular, até os dias de hoje.

Tais considerações nos conduziram à elaboração da seguinte questão norteadora: como vem acontecendo a superação do assistencialismo e a efetivação do direito à educação das crianças pequenas no contexto da Educação Infantil?

Em busca de respostas à questão norteadora aqui explicitada, o presente estudo foi estruturado, além dessa parte introdutória, por três tópicos. Nessa perspectiva, temos, de início, um breve resgate histórico sobre a origem da Educação Infantil, como atendimento à criança pequena, no contexto da Revolução Industrial e o surgimento de creches no seio das indústrias. Este primeiro momento foi construído à luz dos autores Dias (2008), Kuhlmann Jr (2015), Paschoal e Machado (2009), Braga e Rodrigues (2020) e Pucu e Franco (2022). Posteriormente, fez-se uma discussão acerca da predominância da concepção educacional assistencialista na história da Educação Infantil. O terceiro e último tópico trata sobre as políticas públicas para a primeira etapa da Educação Básica, com ênfase para as iniciativas de superação da predominância do assistencialismo, bem como para os avanços que ocorreram no âmbito da Educação Infantil, quanto ao reconhecimento do direito da criança pequena à educação.

O artigo se encerra com a apresentação das Considerações Finais, nas quais apresentamos a síntese dos principais resultados da pesquisa realizada, bem como apontamos que a Educação Infantil, mesmo alicerçada por uma legislação que a toma como direito subjetivo da criança pequena, ainda precisa avançar quanto à efetivação deste direito à educação.

2. Metodologia

Este estudo tem uma abordagem qualitativa e tem como princípio basilar a pesquisa documental acerca do assunto ora relacionado. Neste sentido, foi necessário o levantamento e revisão crítica dos dados apresentados em diversos meios de informação, sendo eles acadêmicos, regulatórios e informativos. Entendendo a importância da revisão literária para a pesquisa científica, Bastos e Keller (1995, p. 53) definem: “A pesquisa científica é uma investigação metódica acerca de um determinado assunto com o objetivo de esclarecer aspectos em estudo”.

Ainda sobre esse aspecto, a pesquisa bibliográfica, segundo Boccato (2006):

[...] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. (Bocato, 2006, p. 266).

Desta forma, este trabalho foi desenvolvido na intencionalidade de selecionar, organizar e apresentar as nuances relacionadas à implantação e efetivação da Educação Infantil no Brasil. Este resgate de informações é importante para um direcionamento mais amplo e objetivo das perspectivas sociais da organização educativa para esta população.

Referenciando este método de levantamento de dados, Fonseca (2002) nos diz:

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Seguindo esta metodologia e o embasamento científico, este estudo apresenta os levantamentos teóricos de forma sistematizada sobre os desdobramentos da Educação Infantil no Brasil e sua relação com o assistencialismo.

3. A Revolução Industrial e o Surgimento das Creches no Brasil

Com o advento do universo fabril, na Europa, emerge a necessidade de reorganização da classe operária. A Revolução Industrial modifica radicalmente o contexto econômico mundial. As forças produtivas rendem-se ao maquinário, marcando a “transição do feudalismo para o capitalismo, em que houve a passagem do modo de produção doméstico para o sistema fabril, e, conseqüentemente, a substituição das ferramentas pelas máquinas e a substituição da força humana pela força motriz [...] (Paschoal & Machado, 2009, p. 79).

O surgimento da indústria alterou profundamente a estrutura familiar, tendo em vista que homens, mulheres e crianças maiores eram aproveitados como força de trabalho pelo mundo fabril. Consoante a isto, Paschoal e Machado (2009) destacam que:

A maquinaria estabeleceu um meio de diversificar os assalariados, colocando, nas fábricas, todos os membros da família do trabalhador, independentemente do sexo e da idade de cada um. Se, até então, o trabalhador vendia somente sua própria força de trabalho, passou a vender a força da mulher e dos filhos (Paschoal & Machado, 2009, p. 80).

Logo, a inserção da mulher nas fábricas acarreta mudanças significativas quanto ao cuidado e à educação das crianças pequenas. Com a entrada da mulher no mundo fabril, as crianças passam a ficar sozinhas em seus lares, ou com outras mulheres que não optaram pelo trabalho em fábricas e se detiveram a cuidar dos filhos das mães operárias. Nesse sentido, “o surgimento das instituições de educação infantil, portanto, encontra-se fortemente vinculado às modificações que a família sofreu dentro das sociedades, mais especificamente às mudanças do papel da mulher dentro do contexto das sociedades burguesas” (Dias, 2008, p. 175).

Neste sentido, Rizzo (2003) aponta:

Criou-se uma nova oferta de emprego para as mulheres, mas aumentaram os riscos de maus tratos às crianças, reunidas em maior número, aos cuidados de uma única, pobre e despreparada mulher. Tudo isso, aliado a pouca comida e higiene, gerou um quadro caótico de confusão, que terminou no aumento de castigos e muita pancadaria, a fim de tornar as crianças mais sossegadas e passivas. Mais violência e mortalidade infantil. (Rizzo, 2003, p. 31).

Nessa perspectiva, temos que a história da Educação Infantil e do atendimento à criança pequena, no mundo, está diretamente relacionada à Revolução Industrial, que se deu no século XVIII na Europa. Esta nova realidade foi refletida nos cuidados e na educação das crianças pequenas e fez emergir a necessidade por espaços que fossem propícios aos cuidados mínimos para com as crianças que ainda não eram aproveitados como forças de trabalho.

A necessidade por espaços de cuidado para as crianças pequenas, que tinham suas mães inseridas nos locais de trabalho, fez surgir a iniciativa, por parte das fábricas, em adaptar espaços no ambiente fabril, ou anexas a elas, para que os filhos menores das mães trabalhadoras pudessem passar o dia. Essa perspectiva de espaços surge com o objetivo de cuidado, guarda e alimentação da criança pequena.

Diante dessa nova realidade econômica e social, que fez emergir a necessidade por espaços físicos de atendimento às crianças pequenas das mães trabalhadoras, nas duas primeiras décadas do século XX, foram implantadas as primeiras instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil. Neste período, Kuhlmann Jr. (2015) retrata o surgimento das creches no seio das fábricas e afirma:

A recomendação da criação de creches junto às indústrias ocorria com frequência nos congressos que abordaram a assistência à infância. Era uma medida defendida no quadro da necessidade de criação de uma regulamentação das relações de trabalho, particularmente quanto ao trabalho feminino (KUHLMANN Jr., 2015, p. 82).

A primeira creche brasileira, criada por iniciativa industrial, voltada para os cuidados dos filhos de operários, foi a creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, no Rio de Janeiro, fundada em 13 de novembro de 1899 (Kuhlmann Jr., 2015, p. 83). Posterior a esta primeira creche, novas iniciativas surgiram para a criação de creches e escolas vinculadas às fábricas, tendo como objetivo principal garantir a permanência das mulheres mães como forças de trabalho produtivas no mundo fabril. Sobre essa temática, Oliveira (1992 apud. Paschoal & Machado, 2009, p. 83) retrata-nos que:

Os donos das fábricas, por seu lado, procurando diminuir a força dos movimentos operários, foram concedendo certos benefícios sociais e propondo novas formas de disciplinar seus trabalhadores. Eles buscavam o controle do comportamento dos operários, dentro e fora da fábrica. Para tanto, vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e também creches e escolas maternas para os filhos dos operários. O fato dos filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternas e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor.

Tais práticas de criação de creches foram tomadas como iniciativas por outras grandes indústrias, retratadas aqui por Kuhlmann Jr.:

Há outros exemplos de creches e escolas maternas em indústrias, como a da Companhia de Tecidos Aliança, do Rio de Janeiro (premiada nas Exposições Internacionais da Louisiana, em 1904, e de Bruxelas, 191, e também na Exposição Nacional de 1908); da Vila Operária Maria Zélia, do industrial Jorge Street, em São Paulo, em 1918; e da indústria Votorantim, em Sorocaba, São Paulo, em 1925 (Kuhlmann Jr., 2015, p. 83).

Apesar dessa realidade de iniciativas frente aos cuidados com as crianças de tenra idade, os espaços que foram construídos nas fábricas, para o atendimento destas crianças, não eram considerados como um direito do trabalhador nem de seus filhos. A criação destes espaços era considerada como uma dádiva dos filantropos, que se propuseram a prestar o atendimento “educacional” à infância.

Logo, podemos constatar que os espaços das creches não foram criados como sendo direito da criança. Por sua vez, estes espaços não foram pensados como ambientes propiciadores de qualidade no cuidado e educação das crianças pequenas, tendo em vista a predominância do caráter assistencialista nestes espaços. Nesse contexto, as creches no Brasil começam a surgir

sob uma perspectiva de assistencialismo, as quais apresentam como objetivos as questões de guarda, cuidado, alimentação e higiene, que marcam a história do surgimento dessas instituições.

4. Educação Infantil: uma História de Assistencialismo

Frente ao crescimento e desenvolvimento industrial, e em consonância ao contexto histórico brasileiro, as instituições de atendimento à criança pequena surgem com o objetivo de conter os altos índices de mortalidade infantil, abandono e acidentes domésticos, que marcaram o período histórico da saída das mulheres do seio familiar para o trabalho extradomiciliar. Sobre essa perspectiva, Dias (2008) afirma:

Podemos afirmar que o surgimento das instituições de educação infantil no Brasil, a exemplo do que ocorrera na Europa, coincide com a necessidade de propiciar espaços de cuidado e de assistência à infância. Isto porque, o abandono de crianças ao longo de toda a história foi tão frequente e numeroso que no Século XV surgiram os hospícios para abrigar crianças pobres que eram abandonadas por seus pais. Entre as crianças abastadas, o abandono se caracterizava pela entrega, por parte dos pais, das crianças às chamadas ‘amas-de-leite’, encarregadas de cuidar dos filhos das mães ricas (Dias, 2008, p.175).

A partir do Século XVIII, começa a surgir a chamada Roda dos expostos, considerada como sendo a forma mais remota de assistência à infância, no Brasil. A Rodas dos expostos surge por iniciativa da ordem religiosa, a qual tinha o intuito de apaziguar os altos índices de abandono e de mortalidade infantil e acolher crianças abandonadas, prática que foi bastante frequente neste período. Acerca das Rodas, Marcílio (2016) nos afirma que:

A roda de expostos, como assistência caritativa, era, pois, missionária. A primeira preocupação do sistema para com a criança nela deixada era de providenciar o batismo, salvando a alma da criança: a menos que trouxesse consigo um esritinho – fato muito corrente – que informava à rodeira de que o bebê já estava batizado [...] (Marcílio, 2016, p.70).

Os fatores sociais, históricos e econômicos, marcados pela desigualdade, foram determinantes na criação de instituições destinadas aos cuidados das crianças pobres, filhas de mães trabalhadoras de baixa renda. Tais instituições eram vinculadas aos órgãos governamentais de serviço social. Destinadas à infância pobre, o assistencialismo “foi configurado como uma proposta educacional específica para esse setor social, dirigida para a submissão não só das famílias, mas também das crianças das classes populares” (Kuhlmann JR., 2015, p. 166). Kuhlmann Jr. ainda nos afirma que:

A Pedagogia das instituições educacionais para os pobres é uma Pedagogia da submissão, uma educação assistencialista marcada pela arrogância que humilha para depois oferecer o atendimento como dádiva, como favor aos poucos selecionados para o receber. Uma educação que parte de uma concepção preconceituosa da pobreza e que, por meio de um atendimento de baixa qualidade, pretende preparar os atendidos para permanecer no lugar social a que estariam destinados. Uma educação bem diferente daquela ligada aos ideais de cidadania, de liberdade, igualdade e fraternidade (Kuhlmann Jr., 2015, p. 166-167).

Estas iniciativas em prol da instauração de uma educação pré-escolar no Brasil sofreram grande influência por parte do médico Friedrich Froebel, fundador do jardim de infância na Alemanha, em 1840. Os jardins de infância, de orientação froebeliana, foram instaurados, em nosso país, durante a década de 1870. O primeiro jardim de infância, o do Colégio Menezes Vieira, foi fundado pelo setor privado, no Rio de Janeiro, em 1875. Posterior a ele, tivemos, em São Paulo, o da Escola Americana, em 1877. Já o do setor público só foi fundado no ano 1896 e funcionava como jardim de infância anexo à Escola Normal Caetano de Campos, que, apesar de ser público, também atendia aos filhos da burguesia paulista (Kuhlmann Jr., 2015, p. 82).

Com isso, no período da República, criam-se as primeiras instituições que se difundem por todo o país, chegando a contabilizar ao menos 15 creches no ano de 1921, e 47 em 1924, sendo estas, principalmente, nas capitais brasileiras e em algumas de suas cidades (Kuhlmann Jr., 2000, p. 8).

Logo, a creche é originada a partir do trinômio mulher-trabalho-criança e surge com uma proposta de cunho assistencialista, voltada para os objetivos de guarda, higiene e alimentação das crianças pequenas. Criada como alternativa para conter os índices de mortalidade infantil e de criminalidade, as marcas do assistencialismo foram fortes no atendimento das crianças oriundas de famílias pobres. Assim, Ternoski (2011) aponta:

Desde o início da formação das primeiras classes de educação infantil, com os jardins de infância ficou claro que os objetivos da sua implantação estavam relacionados com a necessidade de um espaço para que as mães trabalhadoras pudessem deixar seus filhos pequenos, vinculados ao processo de socialização e oferecendo cuidados para a criança. Dessa forma, as classes de educação infantil estavam mais relacionadas com a questão econômica e trabalhista dos pais do que com o direito da criança à educação. Com a mudança de visão e a necessidade desses espaços escolares oferecerem muito mais que cuidado, com profissionais que contribuam para a socialização e troca de conhecimentos com seus alunos, a educação infantil ganhou novo enfoque na área educacional (TERNOSKI, 2011 p. 51)

Considerando a educação como um direito da criança pequena e a creche como sendo um lugar de atendimento integral para todas as crianças, e não apenas às provenientes das famílias pobres, é possível definir o tipo e o conteúdo dos serviços a partir da criança como pessoa em desenvolvimento, e não a partir de categorias de pobreza, carência, abandono (DIDONET, 2001, p.13). Portanto, as iniciativas de atendimento à criança pequena e de uma educação pré-escolar, no Brasil, não foram fundamentadas na concepção da criança como sujeito ativo e de direitos, tampouco da educação de qualidade como direito desta criança.

5. Políticas Públicas no Contexto da Educação Infantil: do Assistencialismo à Educação

Em termos práticos, não é nada complicado conhecer as manifestações culturais locais e delas se aproximar. Famosa por suas diversas festas populares, a população desse bairro esbanja beleza, organização e criatividade ao representar, em forma de dança, vestimenta e arte visual, toda a força e o pertencimento de cidadãos plurais, multiculturais e abrangentes.

A reflexão sobre as políticas públicas destinadas à Educação Infantil remete-nos ao desafio frente à superação do assistencialismo e à efetivação de uma educação de qualidade como sendo direito subjetivo da criança pequena. Nesse contexto das políticas públicas, a década de 1980 traz consigo grandes conquistas para a educação, tendo em vista que, neste período, emergiu “a necessidade de se construírem pedagogias contra-hegemônicas, isto é, que em lugar de servir aos interesses dominantes se articulassem com os interesses dominados” (Saviani, 2013, p. 402). Desta forma, apesar de ter sido reconhecida como a década perdida, os anos de 1980 apresentaram ganhos significativos para o campo educacional, pois “a análise histórica não condicionada pelos revezes da virada dos anos de 1980 para os de 1990 permite constatar que, do ponto de vista da organização educacional, a década de 1980 é uma das mais fecundas de nossa história” (Saviani, 2013, p. 402).

Nessa perspectiva a Constituição Federal de 1988 foi um dos marcos mais significativo da legislação brasileira, no que se refere à Educação Infantil, reconhecendo a educação em creche e pré-escolas como direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...]IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade [...].

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, CF, 1988).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, vem reafirmar os direitos fundamentais da criança e dos adolescentes presentes no texto da Constituição Federal, dentre os quais está o de acesso e direito à educação.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

[...]IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade [...] (Brasil, ECA, 1990).

Em consonância ao previsto na Constituição e no ECA, surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), instituída pela Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A referida Lei faz menção ao termo Educação Infantil, pela primeira vez, como primeira etapa da Educação Básica em nosso país, ao afirmar que:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 – A educação infantil será oferecida em: Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (Brasil, LDB, 1996).

A LDB/96 traz um salto qualitativo frente ao reconhecimento da Educação Infantil e do direito da criança pequena à educação. Logo, o reconhecimento das creches e pré-escolas como parte integrante do sistema educacional, na Constituição Federal e na LDB/96, pode ser caracterizado como a necessária superação de um obstáculo. Tendo em vista que, se a creche passa a integrar o sistema educacional do país, ela deixa de ser apresentada como alternativa para pobres incapazes, para ser posta como complementar à ação da família, tornando-se uma instituição legítima, e não um simples paliativo (Kuhlmann Jr., 2015, p. 186).

De acordo com a LDB/96, o Ministério da Educação elaborou, em 1998, um Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Este documento constitui-se em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que objetivam contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade, e que estas possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras (Brasil, RCNEI, 1998, p. 13). O RCNEI também nos traz uma concepção integrada de Educação Infantil e nos define o ato de educar, afirmando que:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, RCNEI, v.1, 1998, p.23).

Outra política pública, no âmbito educacional, que norteia os princípios garantidores do direito da criança pequena à educação é a Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, com o intuito de “[...] orientar as políticas públicas na área e na elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares (Brasil, DCNEI, 2009). As DCNEI reafirmam o disposto na LDB/96 no que diz respeito à Educação Infantil, dizendo:

Art. 5º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (Brasil, DCNEI, 2009).

Ainda nesse contexto das recentes políticas públicas, temos a aprovação do recente Plano Nacional de Educação com vigência entre 2014 e 2024 (PNE, 2014), instituído, tardiamente, pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. No que se refere especificamente à Educação Infantil, o PNE faz menção à primeira etapa da educação básica, no que segue:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE (Brasil, PNE, 2014).

Apesar de sua tardia aprovação, o Plano traça metas e estratégias que propiciem a expansão do acesso e a melhoria da qualidade na Educação Infantil. A partir da Meta 1, o novo PNE traz à tona os objetivos de ampliação da oferta de Educação Infantil e, conseqüentemente, objetivos de melhorias na oferta desta educação. Neste sentido, as autoras Braga e Rodrigues (2020) apontam que:

É importante que os profissionais que atuam na Educação Infantil assim como as políticas públicas, as pesquisas nesta área e a gestão escolar que atua nesse e para esse segmento educacional estejam comprometidos com a efetivação dos objetivos da Educação Infantil, especialmente em articulação para reconhecer a criança como um ser histórico, social e de direitos, e que se chegue ao consenso que cabe à escola promover as condições necessárias com vistas ao desenvolvimento infantil. (Braga & Rodrigues, 2020, p. 13-14)

Corroborando esta ideia, Silveira (2010) diz:

O foco do profissional que trabalha com a Educação Infantil deve ser a formação e o desenvolvimento integral da criança, para isso é essencial que o educar caminhe junto com o cuidar, visto as necessidades dos alunos, que geralmente nesta faixa etária são bem mais dependentes e necessitam de cuidados permanentes (Silveira, 2010, p. 34).

Sobre esse entendimento, os autores Pucu e Franco (2022) afirmam:

A Educação Infantil pode oferecer possibilidades às variadas formas de obtenção do conhecimento, inclusive àquelas relacionadas ao conhecimento científico. As crianças, desde muito cedo, são questionadoras e procuram investigar o mundo que as rodeiam [...]. Compreendemos a instituição de Educação Infantil como um espaço sociocultural [...] é possível, atendendo às particularidades das crianças, oferecer-lhes atividades que contribuam na consolidação e sua autonomia, pois são sujeitos de direitos e, portanto, desde a infância, devem ter uma formação para a cidadania. (PUCU & Franco, 2022, p. 2)

Diante do exposto, percebe-se que as recentes políticas públicas para a Educação Infantil nos concebem grandes conquistas quanto ao reconhecimento do direito da criança pequena à educação de qualidade, bem como iniciativas em prol da superação do assistencialismo. Tal contexto nos apresenta que muitas são as conquistas, porém, muitos, ainda, são os desafios a

serem enfrentados. O estudo dessa estrutura legislativa visou à compreensão dos avanços que ocorreram no âmbito da Educação Infantil no Brasil, bem como os desafios que existem para a conquista de uma educação que contemple a criança como sujeito de direitos, com ênfase ao direito à educação de qualidade que possibilite o seu desenvolvimento integral.

6. Considerações Finais

Considerando as reflexões apresentadas, observa-se que o movimento dialético da história da Educação Infantil é marcado pelo predomínio de uma concepção preconceituosa em relação à pobreza e por uma concepção educacional descomprometida com a qualidade do atendimento à criança pequena.

Para a análise da superação do assistencialismo nessa primeira etapa da Educação Básica, tendo como base o estudo da legislação nacional vigente, podemos refletir acerca dos avanços que ocorreram nesse âmbito legislativo. Logo, muitas foram as conquistas quanto ao reconhecimento da criança como sujeito de direitos e da educação de qualidade como um direito subjetivo desse sujeito. Mas é preciso reconhecer que o respaldo legal não é condição necessária nem suficiente para a efetivação deste direito.

Consideramos que a Educação Infantil está avançando rumo à garantia dos direitos da criança e está se despreendendo do modelo assistencialista, buscando um processo de aprendizado respaldado em uma nova prática educativa de qualidade. Porém, ainda há muito o que ser feito em prol da efetivação do direito da criança pequena a uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Neste sentido, sugere-se novos estudos e pesquisas acerca do assistencialismo que ainda permeia a Educação Infantil no Brasil, no intuito de entender, demonstrar e evidenciar essas práticas e suas influências no desenvolvimento do fazer pedagógico para este público específico.

Referências

- Bastos, C. L., & Keller, V. (1995). *Aprendendo a aprender*. Vozes.
- Boccatto, V. R. C. (2006). Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. *In: Rev. Odontol. Univ.* 18. 265-274. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>
- Brasil. (1988). Presidência da República. Casa Civil. *Constituição da República Federativa do Brasil*.: Diário Oficial da União.
- Brasil. (1990). Presidência da República. Casa Civil. *Estatuto da criança e do adolescente*. DF/Diário Oficial da União.
- Brasil. (1996). Presidência da República. Casa Civil. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20/12/1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União.
- Brasil. (1988). Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília: MEC/SEF.
- Brasil. (2009). *Resolução CNE/CBE n. 5, de 2009*. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: Câmara de Educação Básica/CNE/MEC.
- Brasil. (2014). Câmara dos Deputados. (25 de junho). *Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005*. Brasília: Edições Câmara.
- Braga, N. P. da S., & Rodrigues, A. (2020). Being and being a teacher in early childhood education: moving meanings. *Research, Society and Development*, 9(4), e32942735. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i4.2735>
- Dias, A. A. (2008) Infância e direito à educação. In: Bittar, Eduardo, C. B., & Tosi, G. (Org.). *Democracia e educação em direitos humanos numa época de insegurança*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. v 1. http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2015/11/DEMOCRACIA.DH_EPOCA_INSEGURAN%C3%87A.pdf
- Didonet, V. (2001). Creche: a que veio, para onde vai. In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. Em Aberto/*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais*. 18(73), 11-27. http://www.oei.es/inicial/articulos/bom_comeco.pdf
- Fonseca, J. J. S. (2002). Metodologia da pesquisa científica. UEC.
- Kuhlmann Jr., & Moysés. (2000). Histórias da educação infantil brasileira. In: *Revista Brasileira de Educação*, 14, 5-18. <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02>

Kuhlmann Jr., & Moysés. (2015). *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. (7a ed.). Mediação.

Marcilio, M. L. (2016). A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. In: Freitas, Marcos Cezar de. (Org.). *História Social da Infância no Brasil* (9ª ed), p 69-98, Cortez.

Paschoal, J. D., & Machado, M. C. G (2009). A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional, *Revista HISTEDBR Online, Campinas*, 33, 78-95. <http://www.ceap.br/material/MAT14092013163751.pdf>

Pucu, S. C. de C., & Franco, Z. G. E., (2022). Possibilidades da Educação Científica na Educação Infantil. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 11 (9), e23811931729. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i9.31729>

Rizzo, G. (2003). *Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento*. (3a ed). Bertrand Brasil.

Saviani, D. (2013). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. (4a ed.). Autores Associados.

Silveira, A. G. (2010). O cuidar e o educar na educação infantil: Uma perspectiva para graduados em Licenciaturas. Anais do II Seminário de Pesquisa do NUPEPE. Uberlândia.

Ternoski, T. (2011). A dicotomia entre educar e cuidar na educação infantil. Uma análise das funções de educadores e professores no município de Curitiba. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Curitiba: UFPR.